

# A economia política do serviço doméstico remunerado: rendimentos e luta sindical\*

Hildete Pereira de Melo\*\*  
Márcia Chamarelli Pessanha\*\*\*  
Luiz Eduardo Parreiras\*\*\*\*

## Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar os fatores que podem ter determinado a evolução dos salários reais dos trabalhadores domésticos na década de 90. A preocupação com essa questão é decorrente do resultado surpreendente da pesquisa original de Pessanha (2000), que concluiu que, nessa década, o crescimento dos rendimentos dos trabalhadores domésticos foi superior ao crescimento dos rendimentos médios do trabalho na economia. Outras pesquisas sobre o tema convalidaram a noção intuitiva de que o serviço doméstico remunerado é uma das ocupações com a pior remuneração da economia,<sup>1</sup> mas a evolução dos rendimentos reais médios desses trabalhadores ao longo da década de 90 foi sensivelmente superior ao do conjunto dos trabalhadores; mesmo que os dados utilizados nesta pesquisa sejam relativos às regiões metropolitanas, o peso destas na economia não deixa dúvidas quanto ao significado social dessa evolução.

Dada tal trajetória, a pesquisa realizada buscou analisar os fatores que podem ter influenciado esse desempenho do serviço doméstico remunerado considerando três possibilidades: a luta sindical em defesa dos direitos da categoria, a evolução do salário mínimo ao longo da década de 90 e a trajetória da oferta e da demanda por esse tipo de trabalhador.

Assim, na primeira seção deste trabalho, será traçado um panorama da ação sindical, fazendo uma breve síntese das lutas e conquistas dos trabalhadores domésticos, desde os tempos das associações profissionais até a atualidade. Para tanto, foi entrevistada uma dirigente histórica do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município do Rio de Janeiro. A pergunta que se quer responder aqui é: até que ponto a ação sindical foi efetiva para explicar a melhoria da remuneração dos trabalhadores domésticos na última década? Na segunda seção, é analisada a evolução do salário mínimo na década de 90, procurando verificar em que medida os salários reais dos trabalhadores domésticos são influenciados pelo mesmo. Os dados utilizados foram tabulações especiais da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para as regiões metropolitanas brasileiras. Dentre estas, destacou-se a Região Metropolitana do Rio de Janeiro como caso exemplar para caracterizar as demais regiões. Na terceira seção, é feita uma tentativa de avaliar as tendências da relação entre a demanda e a oferta de

\* A base de dados utilizada neste artigo teve origem na monografia de final de curso de Márcia Chamarelli Pessanha.

\*\* Professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense.  
*E-mail:* hildete@economia.uff.br

\*\*\* Mestranda da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do IBGE e técnica do IBAM.

\*\*\*\* Técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Editor Assistente do Boletim Mercado.

<sup>1</sup> Ver, sobre o assunto, Melo (1998; 2000), Melo, Pessanha e Parreiras (2002), Liberato (1999), Milkman, Reese e Roth (1998) e Silva (1982).

trabalhadores domésticos no Brasil metropolitano e no Rio de Janeiro, como já havia sido feito nas demais seções.

## 1 - A ação sindical

A luta dos trabalhadores domésticos<sup>2</sup> pelo reconhecimento da sua profissão é antiga. Já em 1936, surgiram, na capital paulista e na Cidade de Santos (SP), movimentos organizativos da categoria, e é interessante chamar atenção para o fato de que esse primeiro movimento associativo se originou da perspectiva étnica de um grupo que lutava pela conscientização da população negra.<sup>3</sup> O Estado Novo fechou essas associações, sendo que a promulgação, pelo Governo Vargas, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 ratificou a percepção social de que essa ocupação não estava inserida nas relações econômicas.<sup>4</sup> Os afazeres domésticos são atividades ligadas à reprodução da força de trabalho e não são guiados por uma lógica mercantil, sendo “naturalmente” realizados pelas mulheres. Essa lógica define os papéis tradicionais da mulher e do homem na sociedade e faz do trabalho doméstico o “lugar da mulher”. Com isso, o emprego doméstico não foi tratado no corpo da lei, apesar de que o caráter mercantil da atividade doméstica fica explícito quando as próprias unidades familiares dos trabalhadores contratam serviços domésticos de outros indivíduos (Melo; Serrano, 1997).

Fora da lei, as domésticas foram silenciadas, e só nos anos 50, no interior paulista (Campinas), surgiu uma associação profissional de empregadas domésticas<sup>5</sup>. A partir de então, foram sendo criadas associações em outras cidades e estados. Na Cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 1961, foi fundada a Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro, sendo que esse movimento não mais foi interrompido, nem mesmo com a ação militar de 1964. Além de no Rio de Janeiro, surgiram associações nos Estados de Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. As trabalhadoras reivindicavam, fundamentalmente, a extensão da legislação trabalhista e a seguridade social para a categoria. Finalmente, em 1972, o Congresso aprovou a Lei nº 5.859, que reconhecia apenas alguns direitos legais por legislação específica.<sup>6</sup> A Constituição de 1988 transformou essas associações profissionais em sindicatos, reconhecendo a categoria como uma atividade profissional, embora ainda sem todos os direitos dos demais trabalhadores.

Tendo essa evolução histórica como pano de fundo, para avaliar a ação sindical da categoria, foi visitado o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município do Rio de Janeiro, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). O discurso das dirigentes sindicais<sup>7</sup> realça a dura luta travada há mais de 30 anos pelas trabalhadoras domésticas para valorizar a categoria e denunciar a invisibilidade que envolve as tarefas domésticas na sociedade, em um esforço para conquistar novos ativistas na luta pelos seus direitos.

<sup>2</sup> Essa categoria profissional é feminina; cerca de 93% dos trabalhadores são mulheres, não obstante, respeitando os 7% de homens da categoria, o plural foi aplicado no masculino.

<sup>3</sup> A Associação de Empregadas Domésticas de São Paulo, sob a coordenação do Professor Geraldo de Campos Oliveira, e a de Santos, liderada por Laudelina de Campos Melo (1904-1991). Ver a revista **Trabalhadores: Classes Perigosas**, nº 6, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp, Campinas-SP.

<sup>4</sup> A CLT, naquele momento, tratava apenas dos trabalhadores urbanos. Os rurais, só em 1963, passaram a ter proteção legal em lei trabalhista específica (Estatuto do Trabalhador Rural). A Constituição de 1988 equiparou os trabalhadores urbanos e rurais, mas os domésticos não.

<sup>5</sup> Esse movimento foi liderado pela mesma Laudelina de Campos Melo da antiga associação santista.

<sup>6</sup> Ver, sobre o assunto, Oliveira, Conceição e Melo (1989).

<sup>7</sup> Entrevista com uma das fundadoras da Associação no Rio de Janeiro, Odete Maria da Conceição, concedida a Márcia C. Pessanha no dia 04.01.01.

Atualmente, estão inscritos nesse sindicato cerca de 2.500 trabalhadores domésticos, mas apenas 200 são associados ativos. Foi reconhecido pelas lideranças que o movimento era muito mais intenso na época da associação; uma vez que, então, esses trabalhadores não tinham praticamente nenhum direito trabalhista, o apelo reivindicatório por melhorias das condições de trabalho, remuneração e previdência era muito forte. Atualmente, como parte de suas atividades, o Sindicato oferece serviços jurídicos e sociais para seus associados ativos e organiza debates sobre o emprego doméstico, buscando ampliar a conscientização política e profissional do conjunto desses trabalhadores. A principal bandeira de luta do Sindicato é obter os direitos sociais que ainda não são estendidos aos trabalhadores domésticos, tais como: fundo de garantia por tempo de serviço, seguro-desemprego e seguro por acidente de trabalho.

A luta sindical é encaminhada via pressões políticas junto aos governantes e parlamentares e também junto aos patrões; estes últimos são pressionados, sobretudo, para cumprirem a legislação trabalhista. O Sindicato reconhece a melhora salarial dos últimos anos e cita as acompanhantes de idosos e doentes e babás como as atividades melhor remuneradas da profissão. Para o Sindicato, o salário mínimo (SM) funciona como um direito importante de ser garantido, já que, antes dessa conquista, a remuneração da categoria dependia, em grande parte, da boa vontade do empregador. Nesse sentido, na visão do próprio Sindicato, sua influência sobre os padrões de remuneração dos trabalhadores domésticos dá-se de forma indireta, via trabalho de conscientização e de pressão política, já que não há como se estabelecer um acordo salarial coletivo. O que pôde ser observado do trabalho sindical das domésticas, portanto, confirma a idéia que se tinha previamente de que não se deve atribuir uma responsabilidade direta importante à ação sindical sobre a evolução relativamente favorável dos rendimentos dos trabalhadores domésticos na década de 90. Isso, na compreensão do próprio Sindicato, ocorre devido à pulverização das trabalhadoras, pela dispersão dos locais de trabalho, impedindo uma ação mais efetiva do Sindicato, e também pela ausência de acordo coletivo.

## 2 - O papel do salário mínimo

A evolução do salário mínimo é o segundo fator a ser estudado para buscar explicar a trajetória dos rendimentos reais médios dos trabalhadores domésticos. Para a elaboração desta análise, foi utilizada a média anual do salário mínimo real, usando-se como deflator o INPC.<sup>8</sup> Através dos Gráficos 1 e 2, verifica-se que, com a estabilidade monetária, houve um crescimento generalizado dos rendimentos desses trabalhadores a partir de 1995, tanto para o Brasil metropolitano como para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

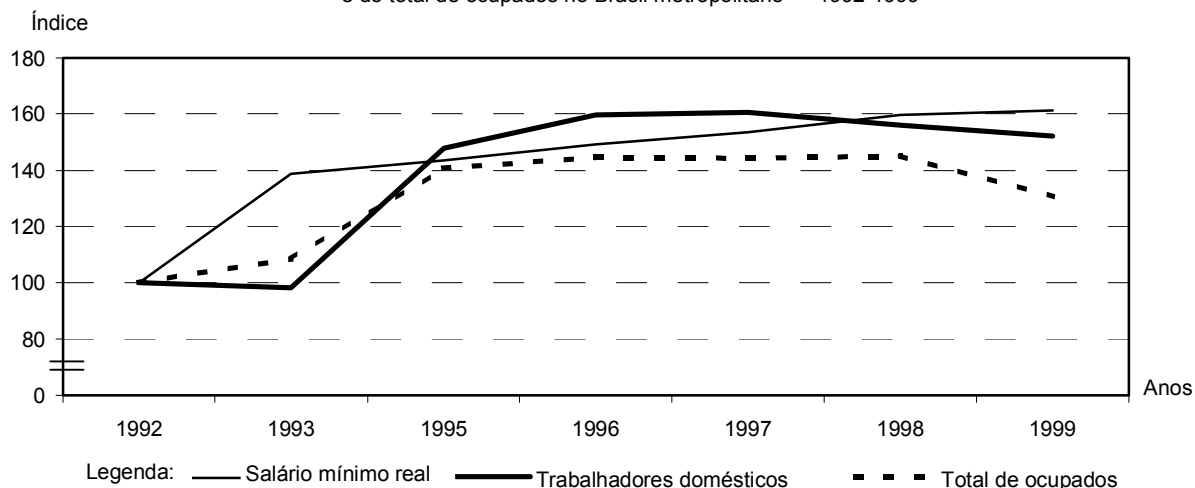
Nota-se, nos Gráficos 1 e 2, que os rendimentos dos trabalhadores domésticos acompanham de perto a evolução do salário mínimo, indicando a forte dependência que aqueles têm da evolução deste. Mas essa dependência não é absoluta, havendo, tanto para o Brasil como para o Rio de Janeiro, movimentos que são próprios dos rendimentos dos domésticos, pois, ainda que os salários aumentem como um todo, se pode perceber que, no Brasil metropolitano, o índice dos rendimentos reais médios dos trabalhadores domésticos cresceu mais entre 1995 e 1997 que o índice do salário mínimo real. Tal situação inverteu-se em 1998, quando tais índices se cruzaram e, em seguida, o índice do salário mínimo real ultrapassou o dos salários dos trabalhadores domésticos. O comportamento da remuneração do total dos ocupados é parecido no que diz respeito ao crescimento dos salários na segunda metade da década de 90, já que o processo de estabilização da moeda eliminou as perdas inflacionárias para todo tipo de remuneração do trabalho. O comportamento desses índices na Região Metropolitana do Rio de Janeiro é bastante similar, quando comparado com os do Brasil. A única diferença é que, no Rio de Janeiro, o índice dos salários reais médios dos trabalhadores

<sup>8</sup> Embora a PNAD seja uma pesquisa feita em setembro, levando em consideração os rendimentos dos trabalhadores para esse mesmo mês, não foi utilizado o salário mínimo real de setembro, mas, sim, a média anual, porque, tanto em 1992 quanto em 1993, houve reajustes no salário mínimo nesse mesmo mês. Se fossem tomados os salários mínimos desses meses, estariam sendo considerados salários de pico em um contexto de elevada inflação, o que deturparia a compreensão da sua evolução ao longo da década.

domésticos não ultrapassou o do salário mínimo real em 1995. No ano seguinte, houve uma aproximação desses dois salários, mas, a partir de 1997, o salário mínimo aumentou, enquanto os rendimentos dos trabalhadores domésticos diminuíram.

Gráfico 1

Índice do salário mínimo real, dos rendimentos médios reais dos trabalhadores domésticos e do total de ocupados no Brasil metropolitano — 1992-1999

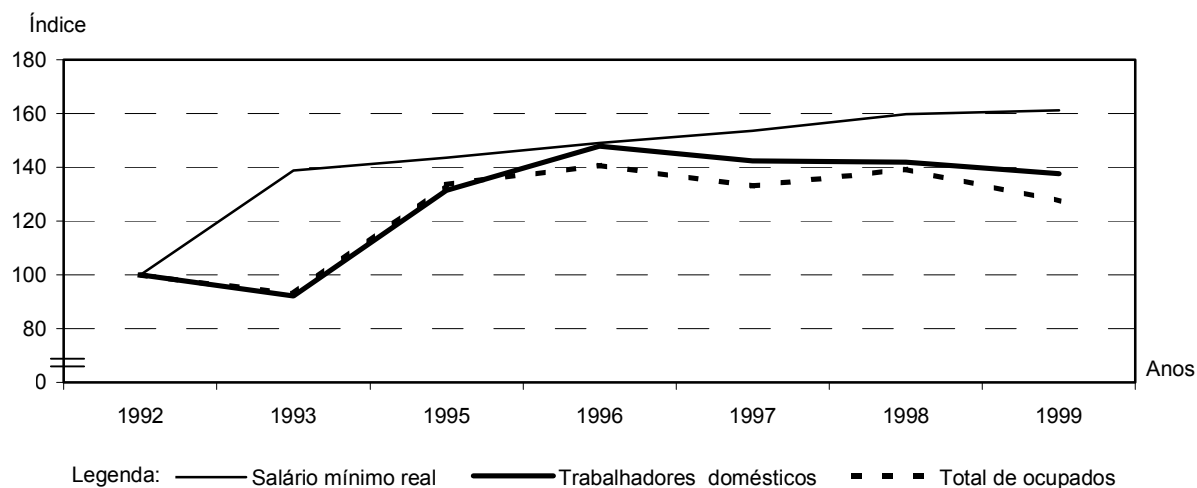


FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD-IBGE.

NOTA: Os dados têm como base 1992=100.

Gráfico 2

Índice do salário mínimo real, dos rendimentos reais médios dos trabalhadores domésticos e do total de ocupados na RMRJ — 1992-1999



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD-IBGE.

NOTA: Os dados têm como base 1992=100.

Para reforçar a compreensão da forte associação existente entre a evolução do salário mínimo e a trajetória dos salários reais médios dos trabalhadores domésticos ao longo da década de 90, foram calculados os percentuais de trabalhadores domésticos separados por faixas de salário mínimo. Assim, as Tabelas 1 e 2, ilustradas pelos Gráficos 3 e 4, mostram que os percentuais dos trabalhadores domésticos nas faixas de salário mínimo se mantiveram relativamente estáveis a partir de 1995, acompanhando a própria estabilidade da moeda. As exceções dos anos de 1992 e 1993 talvez possam ser atribuídas às próprias dificuldades da PNAD em captar com precisão o rendimento dos trabalhadores, bastando lembrar que, em ambos os anos, o salário mínimo teve alterações da ordem de 30% no mês da pesquisa. A Tabela 1 mostra que a maioria dos trabalhadores domésticos se concentra na faixa de 1 a 1,2 salário mínimo. A situação é idêntica para o total dos trabalhadores domésticos do Rio de Janeiro (Tabela 2). Além da relativa estabilidade dos percentuais nas principais faixas de concentração de trabalhadores, é interessante observar que uma significativa parcela de mão-de-obra doméstica ganha acima de três salários mínimos, ainda que esse percentual apresente uma queda constante a partir da segunda metade da década de 90.

Prestando atenção nos Gráficos 3 e 4, pode-se perceber como os dados destes reforçam a análise anterior no que se refere à existência de um relativo grau de estabilidade a partir da segunda metade dos anos 90, tanto no Brasil Metropolitano quanto na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Suas curvas permitem visualizar como a evolução dos salários reais médios dos trabalhadores domésticos é fortemente determinada pela evolução do salário mínimo, tanto no Brasil metropolitano quanto na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Mas, como já foi antes observado, essa dependência não é absoluta, portanto, cabe perguntar: até que ponto as particularidades do mercado de trabalho dos domésticos estariam tendo algum papel na evolução verificada nos rendimentos desses trabalhadores?

Na tentativa de encontrar alguma pista que permitisse avançar na compreensão dessa questão, construiu-se um indicador para mensurar a evolução da relação entre a demanda e a oferta desses trabalhadores, o que será visto na seção seguinte.

Tabela 1

Trabalhadores domésticos, por faixas de salário mínimo, no Brasil metropolitano — 1992-1999

FAIXAS DE SALÁRIO MÍNIMO	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
(0,0 ; 0,5]	26,18	18,48	3,48	4,98	4,26	6,15	5,53
(0,5 ; 0,8]	13,60	13,10	7,29	6,14	6,29	8,47	7,77
(0,8 ; 1,0]	30,12	13,15	4,14	5,39	4,43	3,95	4,98
(1,0 ; 1,2]	10,90	29,39	32,12	25,23	26,62	28,97	28,17
(1,2 ; 1,5]	5,25	8,86	5,10	10,26	8,79	7,31	13,42
(1,5 ; 1,8]	4,99	6,41	14,06	12,62	13,14	10,68	5,29
(1,8 ; 2,0]	3,26	2,89	1,65	1,21	2,20	6,03	8,69
(2,0 ; 2,2]	1,20	3,94	13,26	8,01	10,55	7,10	3,99
(2,2 ; 2,5]	1,77	0,93	2,20	5,08	1,82	7,32	7,34
(2,5 ; 3,0]	1,28	0,79	4,39	7,32	9,49	4,10	7,64
(3,0 ; ∞]	1,46	2,08	12,30	13,77	12,41	9,93	7,17

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD-IBGE.

Tabela 2

Trabalhadores domésticos, por faixas de salário mínimo, na RMRJ — 1992-1999

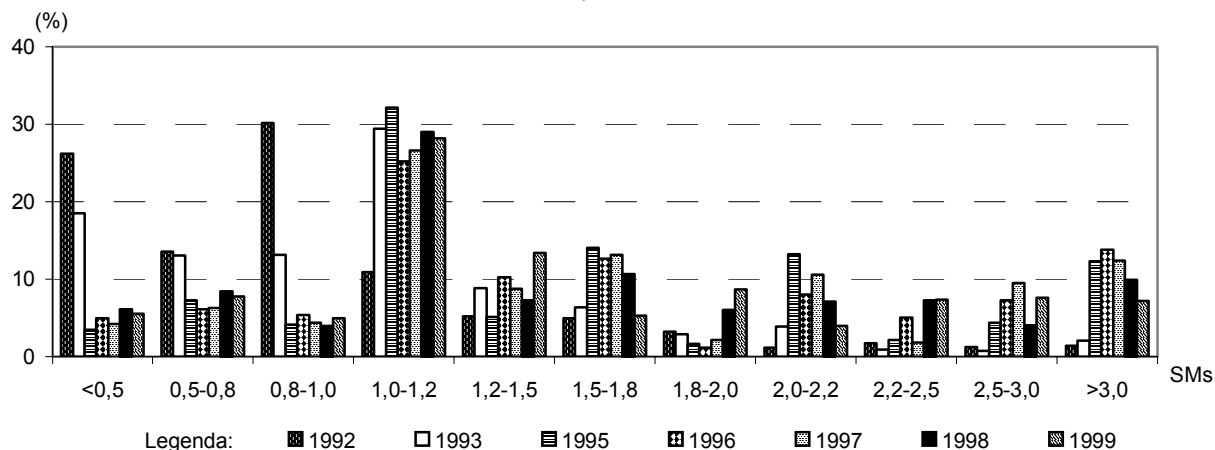
(%)

FAIXAS DE SALÁRIO MÍNIMO	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
(0,0 ; 0,5]	20,12	12,07	2,86	3,29	1,64	2,78	2,96
(0,5 ; 0,8]	11,39	10,34	4,57	5,21	4,80	6,17	3,94
(0,8 ; 1,0]	34,95	15,37	2,71	3,43	3,29	4,17	3,80
(1,0 ; 1,2]	12,17	33,62	34,14	26,06	29,86	29,78	29,44
(1,2 ; 1,5]	4,37	10,92	6,00	11,39	9,45	11,73	16,48
(1,5 ; 1,8]	5,93	6,61	21,43	13,17	14,66	9,26	7,18
(1,8 ; 2,0]	3,59	3,59	1,43	1,51	3,97	4,47	11,69
(2,0 ; 2,2]	2,34	3,59	11,71	10,97	12,60	10,49	4,51
(2,2 ; 2,5]	1,56	1,01	1,57	3,16	2,74	7,10	5,92
(2,5 ; 3,0]	1,87	1,44	4,29	6,72	7,12	4,94	6,06
(3,0 ; ∞]	1,72	1,44	9,29	15,09	9,86	9,11	8,03

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD-IBGE.

Gráfico 3

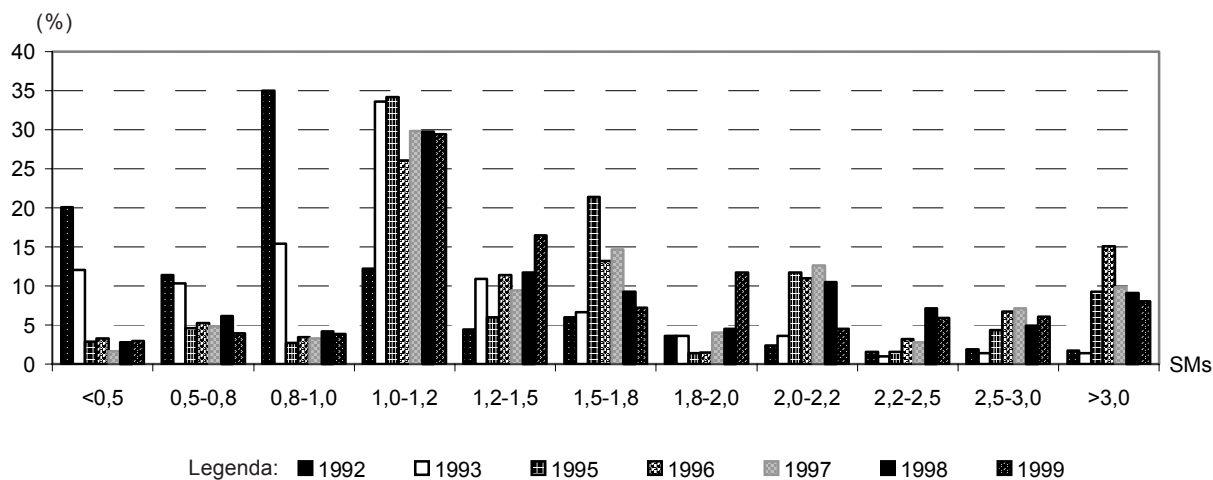
Trabalhadores domésticos, por faixas de salário mínimo, no Brasil metropolitano — 1992-1999



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD-IBGE.

Gráfico 4

Trabalhadores domésticos, por faixas de salário mínimo, na RMRJ — 1992-1999



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD-IBGE.

### 3 - A demanda e a oferta

As leis econômicas (demanda e oferta) que atuam no mercado são os últimos fatores a serem estudados na tentativa de explicar a evolução dos salários dos trabalhadores domésticos durante a década de 90. Para tal análise, considerou-se como quantidade demandada o próprio nível de ocupação. No caso da oferta, resolveu-se tomar como indicador da “oferta potencial” o contingente de pessoas na População em Idade Ativa (PIA) que partilha algumas características em comum com a força de trabalho dos empregados domésticos. De forma assumidamente simplista, como um primeiro exercício nessa direção, levantou-se o contingente de mulheres (já que são 75% da categoria dos domésticos) na PIA que estão nas mesmas faixas etária e de escolaridade das domésticas ocupadas, considerando esses números como uma aproximação indicativa do potencial de oferta de trabalhadoras domésticas.

Essa “oferta potencial” foi, então, confrontada com a demanda observada, e construiu-se um índice para medir a evolução dessa relação. As Tabelas 3, 4, 5 e 6 mostram essa evolução para o Brasil metropolitano e para a RMRJ. Foram consideradas como jovens as mulheres entre 15 e 29 anos; como adultas, aquelas entre 30 e 49 anos; e como senhoras, as acima de 50 anos. Em cada caso, a primeira linha apresenta a relação encontrada entre a PIA com essas características (para as duas principais faixas de escolaridade consideradas: 0-4 e 5-8 anos) e a quantidade de domésticas ocupadas, enquanto a segunda linha mostra o índice dessa mesma relação.

As Tabelas 3, 4, 5 e 6 mostram que, com exceção das jovens de menor escolaridade no Rio de Janeiro, todos os segmentos apresentam uma nítida tendência de queda da relação PIA/demanda de domésticas. Isso, com todas as ressalvas decorrentes da precariedade do indicador, poderia estar sendo um indício de que a “reserva” de mulheres com características típicas dos trabalhadores domésticos estaria reduzindo-se relativamente à demanda.<sup>9</sup> Apesar da precariedade mencionada, supondo que o indicador tenha alguma utilidade,

<sup>9</sup> É claro que, para uma análise mais precisa de caracterização do perfil desses trabalhadores domésticos, seria necessário o uso de outras variáveis, como, por exemplo, renda familiar dos trabalhadores domésticos, mulheres domésticas que são chefes de família, números de filhos dessa categoria e raça.

tal fenômeno estaria significando que existem forças, nesse mercado específico, tendentes a puxar para cima os salários, na medida em que, apesar de ainda existir grande abundância dessa mão-de-obra, a evolução observada é no de sentido de sua diminuição relativa.

Tabela 3

Relação entre a "oferta potencial" e a demanda de trabalhadoras domésticas, segundo a faixa etária e a escolaridade (0 a 4 anos de estudo), no Brasil metropolitano — 1992-1999

FAIXAS ETÁRIAS	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
<b>Jovens</b>							
PIA/demandas de domésticas .....	1,85	1,75	1,64	1,74	1,70	1,71	1,65
Índice .....	100	95	88	94	92	92	89
<b>Adultas</b>							
PIA/demandas de domésticas .....	2,97	2,75	2,57	2,53	2,33	2,47	2,23
Índice .....	100	92	86	85	78	83	75
<b>Senhoras</b>							
PIA/demandas de domésticas .....	3,39	3,07	3,03	2,77	2,69	2,81	2,75
Índice .....	100	91	89	82	79	83	81
<b>Total</b>							
PIA/demandas de domésticas .....	2,66	2,50	2,38	2,37	2,25	2,36	2,22
Índice .....	100	94	89	89	85	89	84

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD-IBGE.

Tabela 4

Relação entre a "oferta potencial" e a demanda de trabalhadoras domésticas, segundo a faixa etária e a escolaridade (5 a 8 anos de estudo), no Brasil metropolitano — 1992-1999

FAIXAS ETÁRIAS	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
<b>Jovens</b>							
PIA/demanda de domésticas .....	4,20	3,77	3,47	3,38	3,17	3,25	2,75
Índice .....	100	90	83	81	75	77	66
<b>Adultas</b>							
PIA/demanda de domésticas .....	6,68	5,53	5,65	4,61	3,84	3,87	3,79
Índice .....	100	83	85	69	57	58	57
<b>Senhoras</b>							
PIA/demanda de domésticas .....	14,16	12,11	9,16	6,27	6,50	6,32	6,12
Índice .....	100	86	65	44	46	45	43
<b>Total</b>							
PIA/demanda de domésticas .....	5,11	4,52	4,36	4,01	3,60	3,67	3,39
Índice .....	100	89	85	78	70	72	66

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD-IBGE.



Tabela 5

Relação entre a "oferta potencial" e a demanda de trabalhadoras domésticas, segundo a faixa etária e a escolaridade (0 a 4 anos de estudo), na RMJR — 1992-1999

FAIXAS ETÁRIAS	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
<b>Jovens</b>							
PIA/demanda de domésticas ..	1,66	1,65	1,63	1,68	2,04	1,98	1,75
Índice .....	100	99	98	101	123	119	105
<b>Adultas</b>							
PIA/demanda de domésticas ..	2,52	2,18	2,17	2,08	2,00	2,24	2,01
Índice .....	100	86	86	83	79	89	80
<b>Senhoras</b>							
PIA/demanda de domésticas ..	2,74	2,36	2,48	2,19	2,06	2,10	2,14
Índice .....	100	86	90	80	75	76	78
<b>Total</b>							
PIA/demanda de domésticas ..	2,36	2,09	2,15	2,04	2,02	2,16	2,01
Índice .....	100	89	91	86	86	91	85

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD-IBGE.

Tabela 6

Relação entre a "oferta potencial" e a demanda de trabalhadoras domésticas, segundo a faixa etária e a escolaridade (5 a 8 anos de estudo), na RMJR — 1992-1999

FAIXAS ETÁRIAS	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
<b>Jovens</b>							
PIA/demandas de domésticas	3,64	3,80	3,38	3,52	3,20	3,03	2,60
Índice .....	100	104	93	97	88	83	71
<b>Adultas</b>							
PIA/demandas de domésticas	5,27	4,25	4,34	3,11	3,42	3,75	3,43
Índice .....	100	81	82	59	65	71	65
<b>Senhoras</b>							
PIA/demandas de domésticas	8,80	7,00	6,40	4,93	4,50	5,62	8,50
Índice .....	100	80	73	56	51	64	97
<b>Total</b>							
PIA/demandas de domésticas	4,40	4,12	3,95	3,40	3,41	3,47	3,23
Índice .....	100	94	90	77	77	79	73

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD-IBGE.

Além disso, considerando o conjunto do Brasil metropolitano, pode-se verificar que os resultados apresentados pelo indicador se mostram compatíveis com o comportamento observado dos rendimentos reais médios dos trabalhadores domésticos, já que, entre 1995 e 1997, tal comportamento apresentou-se superior à evolução do salário mínimo (Gráfico 1). A inversão de trajetória, em 1998, também encontra um paralelo na reversão da direção do indicador, o qual, nesse ano, voltou a crescer. Naturalmente, essas relações são aproximações a um estudo mais aprofundado do mercado de trabalho doméstico, mas, de qualquer maneira, são bastante interessantes e merecem registro.

No caso da RMRJ, a correspondência entre a evolução do indicador e o ocorrido com a relação entre os salários médios dos trabalhadores domésticos e o salário mínimo não se apresenta da mesma maneira que no Brasil metropolitano. Na RMRJ, com a exceção já apontada das jovens de baixa escolaridade, a tendência do indicador também é de queda, mas, apesar disso, a evolução dos salários médios dos trabalhadores domésticos está abaixo da evolução do salário mínimo em todos os anos (Gráfico 2). Esse fato parece invalidar por completo a inferência feita acima, da existência de uma possível relação entre a diminuição relativa do “excesso de oferta” e a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos. Contudo, mesmo assim, esse vínculo não deve ser de todo descartado, haja vista a existência da exceção apontada das jovens que possuem somente até quatro anos de estudo e cuja disponibilidade relativa face à demanda mostrou, na década, certo crescimento. Mesmo tais jovens não sendo um contingente muito expressivo de pessoas (cerca de 13% do conjunto considerado), a variação observada pode estar representando um papel na depressão relativa dos salários dos domésticos na RMRJ.

Por outro lado, a situação dos rendimentos na RMRJ é desfavorável ainda no que se refere ao total dos trabalhadores ocupados relativamente ao que ocorre no Brasil, provavelmente devido ao baixo crescimento da economia fluminense. Esse fato também deve ser levado em consideração na explicação da aparente contradição entre a diminuição do “excesso de oferta” e a variação dos salários reais médios dos domésticos no Rio de Janeiro, quando comparada com a variação do salário mínimo.

Como a grande maioria dos padrões dos empregados domésticos é também um trabalhador, a variação dos rendimentos do conjunto dos trabalhadores, se desfavorável, deve constituir uma barreira ao crescimento dos salários dos domésticos. Sendo assim, para avançar na compreensão da diferença da evolução desses rendimentos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cabe indagar até que ponto a evolução dos rendimentos do total dos trabalhadores estaria influenciando os rendimentos dos trabalhadores domésticos.

Em resumo, os dados levantados nesta seção apontam uma tendência de diminuição do excesso de pessoas com características de gênero, idade e escolaridade típicas de trabalhadores domésticos, o que indicaria uma tendência de crescimento dos seus rendimentos, compatível com a evolução observada no Brasil metropolitano. Por outro lado, levanta-se também a hipótese de que a evolução desfavorável dos rendimentos médios do total dos trabalhadores da RMRJ poderia estar sendo um fator a pressionar a evolução dos salários dos domésticos, contrabalançando o dado positivo representado pela diminuição do “excesso de oferta”.

## Conclusão

Apesar de o serviço doméstico ser um setor no qual os trabalhadores recebem uma remuneração pior em relação ao conjunto dos trabalhadores, os rendimentos reais médios dos trabalhadores domésticos apresentaram, ao longo da década de 90, uma melhor e mais definida evolução tanto para o Brasil metropolitano quanto para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Buscando encontrar as razões para esse desempenho relativamente favorável, o panorama evolutivo dos rendimentos reais médios da mão-de-obra doméstica foi analisado pesquisando-se três ordens de fatores que poderiam ter influenciado o quadro identificado.

Foi levantada a realidade atual do trabalho sindical na categoria dos domésticos, basicamente para se constatar aquilo que já se imaginava de antemão, ou seja, que o trabalho sindical nessa categoria padece de

debilidades que não o tornam um elemento explicativo da trajetória dos rendimentos. Em seguida, explorou-se a importância da evolução do salário mínimo, identificando-se que, efetivamente, a adesão dos rendimentos dos domésticos a essa variável é muito forte, tornando-a, em princípio, o principal fator explicativo do padrão observado.

Adicionalmente, buscou-se, através de uma aproximação ao que poderia ser considerado o “potencial de oferta” de trabalhadores domésticos, avaliar se a dinâmica da oferta e da demanda, nesse mercado, também estaria tendo algum peso. Com toda a cautela que merece a utilização de um indicador que relaciona PIA e nível de ocupação das domésticas, foi possível levantar a hipótese de que estaria existindo um processo de diminuição do “reservatório” feminino com típicas características de mão-de-obra doméstica relativamente ao nível de ocupação dessa categoria, ou seja, à sua demanda observada. Nesse contexto, assumindo alguma validade desse indicador, as forças de demanda e oferta no mercado de trabalho dos empregados domésticos estaria atuando na direção de um aumento dos salários desses trabalhadores. Essa análise encontra uma grande correspondência com o movimento da evolução dos rendimentos médios dos domésticos no Brasil metropolitano.

Para a RMRJ, a situação apresenta-se um pouco distinta, mas a análise em torno de uma aproximação indicativa da evolução relativa do potencial de oferta e da demanda não pode ser desprezada, já que as mulheres inseridas na faixa jovem (15 a 29 anos) e com uma menor escolaridade (0 a 4 anos) apresentaram um crescimento de oferta, podendo esse fato estar contribuindo para que a trajetória dos salários domésticos seja inferior à trajetória do salário mínimo. Foi visto ainda que os rendimentos do conjunto dos trabalhadores na RMRJ tiveram um desempenho bem inferior ao ocorrido no Brasil metropolitano. Provavelmente, isso pode estar contribuindo para a situação desfavorável dos domésticos, na medida em que o principal grupo demandante dos serviços domésticos também depende dos rendimentos do trabalho.

Dessa forma, pode-se concluir que, se não houver uma estagnação ou depressão generalizada dos rendimentos do trabalho na economia e se a política do salário mínimo mantiver uma trajetória de crescimento real, as perspectivas dos rendimentos dos trabalhadores domésticos são positivas, uma vez que, pelo lado das forças de mercado, a tendência parece favorável, com a diminuição progressiva do excesso de oferta.

## Referências

### Fontes primárias

Entrevista com Odete Maria da Conceição, uma das fundadoras da associação do Rio de Janeiro, concedida a M. C. Pessanha em 04.01.01.

Arquivo Edgard Leuenroth, revista **Trabalhadores** (1990), vários números e periódicos da imprensa operária, Campinas, Estado de São Paulo, Unicamp.

### Artigos e livros

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992/1999. (Microdados).

BRASIL. Leis, decretos, etc. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 23. ed. atualiz. aum. Rio de Janeiro: Saraiva, 1998.

LIBERATO, Vânia C. A dinâmica do serviço doméstico remunerado nos anos noventa, no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL, 6., 1999, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1999.

MELO, H. P. de. **O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para Discussão, n. 565).

MELO, H. P. de. **Trabalhadoras domésticas: o eterno lugar feminino — uma análise dos grupos ocupacionais**. Rio de Janeiro: OIT/IPEA, 2000. (Relatório de Pesquisa OIT/IPEA). (Mimeo).

MELO, H. P. de; SERRANO, F. A mulher como objeto da teoria econômica. In: AGUIAR, N. (Org.). **Gênero e Ciências Humanas — desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Record, 1997.

MELO, H. P.; PESSANHA, M. C.; PARREIRAS, L. E. Da cozinha para o mercado — a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, FEE, v. 2, 2002.

MILKMAN, R.; REESE, E.; ROTH, B. A macrosociologia do trabalho doméstico remunerado. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Mexico, MX: Asociacion Latinoamericana de Sociologia del Trabajo, v. 4, n. 7, 1998.

OLIVEIRA, A. M. de; CONCEIÇÃO, O. M.; MELO, H. P. de. Domestic workers in Rio de Janeiro: their struggle to organize. In: CHANEY, E.; CASTRO, M. G. (Ed.). **Muchacha no more — household workers in Latin America and the Caribe**. Philadelphia: Temple University, 1989.

PESSANHA, M. C. **Além da senzala, próximo ao mercado: uma análise da evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos na década de 90**. Niterói, RJ: Faculdade de Economia/UFF, 2000. (Monografia de conclusão de curso).

SILVA, Elaine Figueira Noberto. **A produção doméstica**. Salvador: UFB, 1982. (Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Bahia).

TRABALHADORES: classes perigosas. Campinas, SP: Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo de Campinas, n. 6, 1990.